

Chiapas: O paramilitarismo como vetor da guerra de contra-insurgência*

HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE**

Breve histórico da defesa armada dos interesses de classe no sul do México

A violência política no México não é novidade; afinal, foi mexicana a primeira revolução que comoveu o século XX. Mas, a região sul do país, mais especificamente, o atual estado de Chiapas conheceu conflitos de terras, levantes camponeses, guerras indígenas desde o começo da colonização. Ainda assim, ela nunca teve a atenção das autoridades nacionais para resolver a perversa distribuição da riqueza, nem a opressão contra os índios, nem a concentração de terras em mãos de poucas famílias, nem o clientelismo político. Pelo contrário, o governo central e o estadual não apenas foram omissos em relação ao crescente armamento dos latifundiários, mas o estimularam como forma de conter e reprimir a insatisfação social. Por isso, a violência que ganhou espaço na mídia depois do primeiro dia de 1994 é mais um capítulo, um capítulo tragicamente bélico, de um antigo conflito não resolvido.

Neste momento as partes beligerantes do conflito decretaram, cada uma pelo seu lado, um cessar fogo unilateral. Nem o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) nem o Exército mexicano, em princípio, estão usando o poder das suas armas na região. Ainda assim, a assinatura de um

* Este artigo é resultado de parte da pesquisa realizada no México, de março a agosto de 1999, para o projeto "Formas contemporâneas da violência política" apoiado pela Fapesp. Agradeço a leitura atenta e os valiosos comentários dos professores Suzeley Kalil Mathias e Eduardo Mei.

** Professor de Filosofia da Unesp/Franca.

acordo de paz definitivo não está próxima. Embora as partes formal e reconhecidamente beligerantes não combatam ente si, o clima na região é de guerra. As cifras de mortos não deixam de aumentar e as denúncias de crimes contra os direitos humanos são constantes. A ausência de combates não é suficiente para definir uma situação de paz.

Na realidade, paralelamente à guerra entre o Exército mexicano e o EZLN e das declarações unilaterais de “cessar fogo”, na região de Chiapas se desenvolve uma estratégia bélica muito mais trágica e cruel que aparenta. Uma conduta marcial que não reconhece tréguas nem cessar fogo; que não apenas não distingue entre alvo militar e civil, mas que parece se centrar nesses últimos com verdadeira sanha e crueldade. Um combate que não se sujeita a qualquer convenção de guerra. Uma guerra que não apenas mata, mutila, rouba, estupra sem distinção de idade nem de sexo, mas que através do terror desloca grandes contingentes humanos para fora dos lugares onde obtêm o seu sustento e os empurra ao êxodo da miséria, da fome, das enfermidades e da morte. Uma guerra que as autoridades não reconhecem, mas que já fez mais vítimas que aquela guerra aparente e de superfície, gastando enormes cifras de dinheiro em armas, em treinamento e prebendas. Uma guerra empreendida por um exército armado, organizado e treinado pelas “forças da ordem” e que gozam da impunidade que o poder da autoridade confere. Uma guerra comandada por uma estratégia que conduz por um caminho de ódio e violência sem retorno.¹ É a estratégia contra-insurgente do paramilitarismo.

A utilização de grupos de civis armados para defender interesses particulares não é novidade nesta parte de México. Sua origem são as chamadas *guardias blancas* (guardas brancas), grupos armados com permissão para matar que funcionavam como corpos pretorianos dos pecuaristas. Já em 1934, em carta ao presidente Cárdenas, a *Liga Central de Comunidades Agrarias* de Chiapas reportava que o governador Grajales viu “nos sindicatos uma ameaça para a estabilidade do seu governo” e propiciou a “formação de *guardas blancas*, guardas privadas dos rancheiros e pecuaristas que ameaçavam os sindicatos e os camponeses. Os pecuaristas do município de Villa Flores, por exemplo, formaram 21 guardas brancas diferentes; havia

1. Até os senadores do PRI, Bernal Gutiérrez e Roberto Miranda, reconhecem que “a ruptura interna nas comunidades já é demasiado profunda, demasiado sangrenta. Esse é, hoje, o maior drama chiapaneco (...) ainda que se firme a paz em Chiapas, ainda que o EZLN decida deixar as armas, ainda que os grupos armados de outros signos políticos façam o mesmo, ainda que amanhã Rafael Sebastián Guillén [referem-se ao subcomandante Marcos] seja um respeitável político nacional, criaram-se as condições para que, dentro das próprias comunidades, os ódios e os confrontos persistam, e com eles a violência e a falta de justiça” in: *Chiapas — crónica de una negociación*, tomos I e II. México., Rayuela, 1999, p. 23.

oito em Citalapa, cinco em Chiapas e as demais em Tonalá e o Soconusco”.² Continuaram sendo utilizadas como instrumento de controle social e como um expediente político até que se consolidaram durante o governo de Efraín Arana Osorio (1952-1958), que acobertou a criação de “um corpo de polícia auxiliar pecuarista” cuja função era combater as invasões de terra. O governador seguinte, Samuel León Brindis (1958-64), legalizou esses grupos armados mediante decreto que visava “preservar a inviolabilidade das terras”³ e esta situação continuou até o governo de Patrocinio González Garrido (1988-93). Assim se consolidaram e legalizaram as guardas brancas que não apenas foram utilizadas para proteger as terras, mas também como meio de “convencimento” político. Com a força e o poder das armas e contando com a garantia de impunidade, transformaram-se em homens poderosos. Seu alvo deixou de ser os camponeses para ser os líderes comunitários, os advogados, os ativistas sociais e os observadores dos direitos humanos.

Paramilitarismo: vetor militar da estratégia de contra-insurgência do governo

Com o levante zapatista de janeiro de 1994, uma boa parte desses grupos armados dos pecuaristas foi evoluindo rapidamente até se constituir no eixo central da estratégia de contra-insurgência do governo mexicano, funcionando como contenção armada contra as bases de apoio zapatistas e todos aqueles considerados simpatizantes do EZLN. O desenvolvimento operacional desses grupos, que os tornou taticamente eficientes para a guerra suja, deveu-se a “um fornecimento maior de armas, treinamento militar, com impunidade e o apoio aberto de funcionários do governo estatal, dos corpos de Segurança Pública, de autoridades municipais, de militares e ex-militares, e do próprio sistema de procuração e distribuição de justiça chiapaneco”.⁴ Essa estrutura paramilitar forneceu ao governo mexicano um versátil instrumento de contra-insurgência, do qual pode utilizar-se em vários sentidos ao mesmo tempo: no plano político serve como argumento de que a guerra é entre índios e não entre o governo nacional e parte da sociedade. Juridicamente conserva o Exército Nacional à margem das atrocidades da guerra, colocando esses grupos para realizar o “trabalho sujo” dentro dos municípios autônomos e entre os simpatizantes zapatistas, dificultando, desse modo, a imputação de

2. Thomas Benjamin, *Tierra rica, pueblo pobre*. México, Grijalbo, 1989, p. 213

3. Ver a este respeito de Neil Harvey, *The Chiapas revellion. The struggle for land and democracy*. Duke University Press, 1998, especialmente p. 60.

4. Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez (CDHMAPJ) “Los grupos paramilitares en Chiapas”, *Memoria*, México, nº 122, abril de 1999.

responsabilidade pelos crimes de guerra. No âmbito da mídia, o governo pode manter a imagem de uma posição unilateral de cessar fogo e uma atitude de negociação mostrando suas tropas em posição defensiva quando, na realidade, conserva uma atitude intransigente ao não reconhecer os acordos de San Andrés⁵ e uma atividade ofensiva e hostil com sua força paramilitar sob a superfície.

Sua forma de ação se orienta a intimidar a população civil, não apenas zapatista ou a suas bases de apoio, mas todas as partes ainda não comprometidas a fim de levar a situação a um nível que obrigue ao posicionamento. Hostilizando e expulsando partes opositoras, arrombando e incendiando suas casas, violando as mulheres e golpeando as crianças, emboscando e assassinando nos caminhos,⁶ criam um clima de terror que, por um lado, provoca êxodos da população aterrorizada e, por outro, pressionam para aumentar o recrutamento de novos membros para o grupo paramilitar. Para aumentar o clima de insegurança e terror, difundem notícias falsas e ameaçam aqueles que denunciarem suas agressões ou planos de ação. Simultaneamente, oferecem segurança, armas, o prestígio que fornece na comunidade a posse de uma arma de fogo e emprego àqueles que se juntem aos corpos paramilitares. A evolução destes grupos⁷ da sua origem como guardas brancas até sua inserção no dispositivo estratégico de contra-insurgência significou, tecnicamente, deixar de ser uma força especificamente

5. Os diálogos de San Andrés de Larráinzar levam esse nome pela localidade chiapaneca onde se realizaram os encontros. Durante o seu funcionamento foram assinados pelo governo mexicano e os representantes zapatistas os Acordos sobre os Direitos e Cultura Indígena em 16 de fevereiro de 1996. Ante o não-cumprimento desses acordos por parte do governo e o seu silêncio na mesa de justiça os zapatistas se retiraram dos diálogos em abril de 1997. Sobre este tema, um excelente trabalho é o de Hernández Navarro, L. e Vera Herrera, R. (comp.) *Acuerdos de San Andrés*, Mx., ed. ERA, 1998. Para conhecer a posição do governo, ver a detalhada defesa feita pelos senadores priístas Bernal Guiérrez, M. A. e Romero Miranda, M. A. nos dois tomos de *Chiapas — crónica de una negociación*, México, Rayuela, 1999.

6. Segundo nos relatou um casal de delegados índios zapatistas pertencentes à comunidade La Realidad, “nos esperam escondidos no caminho que vai ao rio, então, quando as mulheres vão buscar sua água com seus cântaros, eles as atacam e as violam” (...) “quando os homens vão a suas ‘milpas’ [pequenas parcelas de terra cultivada] trabalhar, têm que olhar muito bem se não tem dessas gentes por aí, porque eles atacam os homens, amarram nas árvores, colocam neles um *pasamontañas* como zapatistas e os matam (...) é muito difícil ficar na comunidade, senhor, mas aonde vamos? Dá muito medo, todos estamos com muito medo. Alguns deles são da mesma comunidade, da mesma família”. Entrevista ao autor em 20 de maio de 1999.

7. Assim o expõe o Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas (CDHFBLC): “É necessário distinguir o caráter que têm adquirido os grupos paramilitares no contexto da guerra em Chiapas. Quando falamos de ‘guardas brancas’, fazemos referência a grupos de mercenários armados a serviço dos interesses de grandes latifundiários; e quando nos referimos aos grupos paramilitares em Chiapas, falamos de grupos de base surgidos do clientelismo e da cooptação estatal como parte de uma estratégia de controle e fracionamento para a recuperação e domínio de espaços políticos por meio da repressão armada das forças democráticas” in: CDHFBLC, *Tortura, nunca más*. Chis, 1997, p. 6.

defensiva e, enquanto tal, localizada nas terras do empregador latifundiário, a ser uma força ofensiva, com treinamento específico de comandos, muito bem armadas e organizadas, com boa logística de transporte e de comunicação, e com grande capacidade de deslocamento a diferentes regiões do Estado, podendo operar ou não em combinação com outros grupos paramilitares, e gozando de total impunidade e cobertura por parte das autoridades locais e nacionais como das forças de segurança e do Exército. Parece-nos, por esses motivos, que chamando esses grupos armados de “guardas brancas”, corre-se o risco de interpretá-las como meras forças defensivas, diminuindo o seu valor tático nessa guerra ao escamotear o componente de agressividade ofensiva que caracteriza as formações atuais.

A incorporação do elemento paramilitar aos conflitos internos introduz um grave problema na hora de retomar o plano da negociação, já que toda guerra é limitada e seu objetivo é o retorno à paz. Em primeiro lugar, porque é muito difícil definir os negociadores que se sentarão à mesa. Com efeito, como as partes que utilizam esse expediente o negam, na hora da negociação não há visibilidade dos representantes dos beligerantes. Por outro lado, qualquer coisa que decidam acordar as partes, não garante que o elemento paramilitar reconheça o assinado. Finalmente, a situação de beligerância significa para os paramilitares uma rendosa fonte de lucros provenientes dos saques, extorsões, roubos, ocupações. Portanto, para eles, o fim da guerra significa o fim de um negócio que nem sempre estão dispostos a abandonar. O exemplo do caso colombiano,⁸ mais uma vez, é tristemente emblemático: quando o presidente Pastraña, cumprindo as promessas da campanha presidencial, tentava negociar com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) um acordo histórico,⁹ as forças paramilitares, em uma clara manifestação de que a única autoridade que reconhecem é a da força, causaram 140 mortes e incêndios deixando um rastro de terror. Nesse sentido, a utilização do paramilitarismo converte-se em uma faca de dois gumes para qualquer governo que decida empregá-lo. Se, por um lado, permite-lhe manter

8. Sobre o problema que constitui o paramilitarismo na Colômbia pode-se consultar entre outros, o número da revista *Nacla. Report on America* e os artigos de *Colômbia Informa*, “El paramilitarismo se convierte en política de Estado en Colombia” e da Agência de Notícias Nueva Colômbia, “Colômbia: Paramilitares amenazan al pueblo embera Katío”, ambos publicados pela revista *Memoria*, nº 122, abril 1999.

9. O governo colombiano propõe a negociação no momento em que o exército insurgente, depois de mais de 30 anos de resistência armada, começa a ameaçar o equilíbrio estratégico e melhorar sua posição nessa guerra. Qualquer manual de negociação de conflito informa que o momento adequado para propor a negociação é quando a parte beligerante mais débil está enfraquecendo na sua capacidade bélica ou perdendo posições. Mas no caso da Colômbia o que se percebe é exatamente o contrário. Por que, depois de suportar tantos anos de resistência armada nas piores condições da selva, as Farc aceitariam negociar a paz quando se encontram na periferia de Bogotá?

a ofensiva sem empregar diretamente suas Forças Armadas, mantendo sub-repticiamente uma atitude ofensiva, por outro, o governo normalmente acaba perdendo o controle sobre esses grupos que, quando atingem certa capacidade de fogo e autonomia financeira, nem sequer obedecem às Forças Armadas.¹⁰

Contrariando as denúncias apresentadas no México e em vários foros internacionais por vários organismos de defesa dos direitos humanos, a existência e o emprego dos grupos paramilitares têm sido reiteradamente negada pelas autoridades tanto federais quanto do Estado de Chiapas. Ainda assim, até a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), organismo oficial mexicano notoriamente favorável ao governo que mais funciona como amortecedor das denúncias dos organismos independentes, já documentou a atuação dos paramilitares e até a omissão das autoridades sobre eles. O próprio presidente da CNDH, Jorge Madrazo Cuéllar, declarou publicamente que em Chiapas falar de “guardas brancas” é se referir a pistoleiros particulares e que o “caciquismo” é um dos problemas mais sérios para os direitos humanos e de segurança pública.¹¹ Mas, a própria CNDH tem sido em alguns casos omissa e em todos pouco enérgica nas suas recomendações para dismantelar os grupos paramilitares.

Mesmo depois do anunciado¹² massacre de Acteal, em 22 de dezembro de 1997, onde foram assassinados durante um culto em uma igreja 45

10. Por outro lado, não se deve descartar a possibilidade de que a aparente “falta de controle” em realidade acoberte uma política do Estado que visaria três objetivos básicos: 1) passar a idéia de que o conflito é entre paramilitares e guerrilheiros e que o Estado estaria impotente entre dois fogos; 2) manter as FA governamentais fora da “guerra suja” evitando imputações de responsabilidade jurídica pelos crimes cometidos; 3) realizar grandes operações militares acobertadas pela clandestinidade dos paramilitares, com recursos privados. Essa tese é apresentada para o caso colombiano por *Colombia Informa* em “El paramilitarismo se convierte en política de Estado en Colômbia” in: *Memoria* nº 122, julho-dezembro, México, Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista, 1998.

11. Abundam os documentos da CNDH confirmando as violações. Por exemplo, a recomendação 49/95: “em 4 de fevereiro de 1995, elementos de corporações policiais estatais e *guardias blancas*, sob o mando do Diretor Operativo da Polícia da Segurança Pública do Estado, desalojaram violentamente 55 famílias indígenas (...) nas imediações de Nuevo Zinacantán”. Rec. 58/95 “...na Presidência Municipal de Chicomuselo (...) antes que chegasse a Polícia de Segurança Pública, grupos de civis se organizaram, se armaram e, em sinal de distinção, colocaram faixas nas mangas das camisas. Estes civis persistiram na sua atitude depois da chegada das forças policiais, as que toleraram a situação...”. Solicitando medidas cautelares ao governador do estado de Chiapas, a 23 de novembro de 1995, documentada como PCNDH/285/95: “...na zona da Fraylesca (...) pareceram ocorrer continuamente homicídios, arrombamento de moradias, invasões de terra, a presença de grupos civis armados denominados *guardias blancas*, roubos e outras condutas ilegais, faz-se necessária a constância das autoridades no respeito ao direito”.

12. Segundo Bernal Gutiérrez y Romero Miranda, “durante semanas se preparou o clima para o mesmo (o massacre de Acteal); funcionários policiais e governamentais souberam como as coisas se desenvolviam e não agiram. Durante essas mesmas semanas as organizações de direitos humanos da diocese de San Cristóbal souberam que se estava preparando o ataque e tampouco nada fizeram

integrantes da comunidade de Las Abejas, quase todos mulheres e crianças, e quando tudo fazia supor que as ações dos grupos paramilitares seriam contidas, continuaram a operar. Talvez os sucessos de Acteal fossem planejados apenas como o começo de uma grande ofensiva coordenada destes grupos. Várias operações praticadas nesses dias em diferentes regiões do Estado são indícios que parecem apoiar essa suspeita.¹³ Inclusive, as demandas nacionais e internacionais por justiça e castigo aos culpados serviu como pretexto para o governo ordenar uma grande operação que culminou com o avanço militar sobre posições zapatistas e a multiplicação de “barreiras militares”¹⁴ na região do conflito.

Da contra-ofensiva militar à política de contra-insurgência em Chiapas

Em 17 de novembro de 1994, o então presidente do Partido Revolucionário Institucional (PRI) chiapaneco, Plácido Humberto Morales,

para impedi-lo” *in: op. cit.*, p. 23. Mas, o que poderiam ter feito além da denúncia?. Na entrevista exclusiva que o bispo de San Cristóbal, d. Samuel Ruiz nos concedeu em 1º de maio na diocese de San Cristóbal, Chiapas, ele não apenas nega essa versão como assegura que o “Frayba” [como chamam familiarmente à CDHFBLC] e a própria diocese tinham suspeitas de que alguma operação estava sendo armada contra a comunidade de Las Abejas e que realizaram denúncias e todas as gestões possíveis ao respeito para sensibilizar as autoridades. O comentário de d. Samuel só veio reforçar a versão que sobre os sucessos de Acteal e as gestões realizadas com o fim de evitá-lo tinha nos brindado, também em entrevista exclusiva (gravada), a Secretária Executiva do CDHFBLC e ex-assessora da Conai (Comisión Nacional de Intermediación), Lic. Marina Patricia Gimenez Gutierrez em San Cristóbal de Las Casas, 30 de março de 1999.

13. Conforme o CDHMAPJ, uma ofensiva generalizada dos grupos paramilitares estava orquestrada para justificar, pelo número de baixas “de ambos lados”, o avanço militar sobre posições zapatistas. Defende essa tese lembrando que um dia depois da massacre de Acteal “o mesmo grupo armado agressor, pese ao desdobramento de presença militar e de Segurança Pública em Chanhó, ameaçou atacar a comunidade X’Cumumal. Na semana que se seguiu à matança (...) o grupo Paz y Justicia [como se autodenominam ironicamente este bando de assassinos] realizou movimentos na zona Norte [do estado] e ameaçou os indígenas de levar a cabo uma ação semelhante contra eles. Em 30 de dezembro, detectou-se deslocamento dos paramilitares nas comunidades de Puebla e Los Chorros, em Chanhó, em direção ao município tzeltal de Tenejapa (onde, ao mesmo tempo, houve movimento de tropas do Exército). Em 1º de janeiro é assassinado Diego López López, das bases zapatistas em Nuevo Limar, Tila, o homicídio é atribuído a Paz y Justicia. Em 3 de janeiro de 1998, esse mesmo agrupamento ameaça de morte indivíduos e comunidades em Nuevo Limar. Em 7 de janeiro, pouco mais de 80 indivíduos com os rostos cobertos com passamontanhas e armas de alto poder atacaram a comunidade Benito Juárez de Pueblo Nuevo Solistahuacan, matando uma mulher”. *In: op. cit.*, p. 5, em nota de rodapé.

14. Chamadas em espanhol *retenes*, são barreiras militares que param quase todos os veículos para revista. Em muitas oportunidades fomos detidos em diferentes pontos do estado, dois ou mais militares abordavam o transporte em que eventualmente viajávamos e faziam descer quem achavam suspeito com sua bagagem para ser revista. Tivemos a lamentável oportunidade de constatar a profusão destas barreiras em outros Estados, como Guerrero e Oaxaca. Também denunciou-se sua existência em Estados do centro e norte do México, ver Gustavo Castro Soto, “S.O.S. para México”. *In: Boletín Chiapas al Día*, nº 172, Chiapas, Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria (Ciepac), 4 de setembro de 1999. E.mail: ciepac@laneta.apc.org e <http://www.ciepac.org>.

se ufanava ante os jornalistas afirmando que o governador de Chiapas, do seu próprio partido, Eduardo Robledo era o último dique de contenção das forças que permanecem à espreita desejando entrar em ação para se contrapor ao movimento civil indígena mediante táticas de guerra suja. Ele ameaçou dizendo que se Robledo não lograsse minimizar os problemas então entrariam em cena “fenômenos do tipo esquadrões da morte”.¹⁵ Tudo indica que Robledo não o conseguiu — se essa foi a sua intenção —, porque o modelo de guerra suja anunciado por Morales começou a se implementar em grande escala com uma estratégia que combinava investimentos em infra-estrutura, como introdução de energia elétrica, manipulação de obras sociais, créditos politicamente dirigidos e o velho recurso de dividir e cooptar as comunidades. A violência surda e sistemática partiu do norte do Estado, estendeu-se a Los Altos e alastrou-se a outras regiões culminando¹⁶ no sangrento massacre de Acteal. A eficácia dessa violência dependia da execução de uma estratégia complexa cujo aspecto militar era a imobilização do EZLN por meio de um cerco na região. Vejamos como foi implementada a estratégia de contra-insurgência por parte do governo mexicano.

Depois de cinco dias da movimentação ofensiva das tropas do Exército mexicano iniciada a 9 de fevereiro de 1995, e numa aparente retificação dessa estratégia, em 14 de fevereiro, Ernesto Zedillo ordena ao Exército e à Procuradoria Geral da República (PGR) evitar qualquer tipo de confronto com as tropas insurgentes. Ao mesmo tempo faz um chamamento ao EZLN para que manifeste sua intenção de optar pela via política e legal. Com esse procedimento as forças legais tinham levado o EZLN a efetuar um recuo máximo de suas tropas para os altos da serra, interrompendo a sua ação quando os choques bélicos já eram praticamente inevitáveis.¹⁷ Melhorando

15. *El Financiero*, México, 18 de novembro de 1994.

16. Mas não finalizando. Pelo contrário, como constata vários processos de denúncia registrados por comissões de direitos humanos, inclusive a oficial Comisión Nacional de Derechos Humanos (CNDH) que tivemos oportunidade de analisar, o caso de Acteal foi apenas o começo da implementação sistemática e em grande escala do vetor paramilitar da estratégia de contra-insurgência do governo. O aumento das atividades paramilitares também foi confirmado por Onécimo Hidalgo Domínguez, coordenador da Ciepac, na entrevista que nos concedeu em San Cristóbal, Chis, em 30 de junho de 1999.

17. Com um dramático pedido para que se interrompa a guerra datada de 11 de fevereiro de 95 o Comando Clandestino Revolucionário Indígena — Comando Geral, CCRI-CG do EZLN, denuncia bombardeios nas redondezas de Morelia e Garruncha, fuzilamento em várias regiões e penetração de milhares de soldados no interior da selva e anuncia que “Nós os zapatistas, tropas e civis, até o momento temos feito todo o possível para recuar, mas já não temos mais opção, mais que nos defender e defender nossos povos, milhares de civis têm se deslocado dos seus lugares” em “Denuncia acciones del ejército mexicano y llama a detener la guerra, 13 de febrero de 1995”. *EZLN, documentos y comunicados*, vol. 2, p. 226-7.

a posição das tropas no cenário bélico, o governo acreditava ter favorecido sua posição de força no plano da negociação com a diligência zapatista.¹⁸

O governo mexicano comprometeu-se numa decisão unilateral a cessar fogo (recordemos que os zapatistas ainda não ratificaram sua declaração de guerra ao governo e Exército mexicanos contida na Primeira Declaração de La Selva Lacandona).¹⁹ Mas isso não quer dizer que tenha decidido abandonar sua intenção de combater o zapatismo. Na realidade, o cessar fogo oficial encobre, com uma aparência pacificadora, a estratégia governamental de contra-insurgência, não menos violenta, que se propõe combater o zapatismo em várias frentes simultaneamente. Poderíamos, grosso modo, distinguir entre essas frentes a religiosa, a social, a econômica, a política e a militar. Com a contra-ofensiva de 9 de fevereiro o Exército não conseguiu realizar os objetivos declarados: prender o subcomandante Marcos e realizar outras ordens de prisão. Em contrapartida, executou um amplo movimento para reposicionar suas tropas fechando o cerco sobre o exército insurgente e penetrando profundamente nas regiões controladas pelos zapatistas dividindo-a. Com essa operação o Exército colocou 60 mil homens na zona de conflito, o que significa o emprego de 30% do total da força terrestre, favorecendo a repressão e a violência nas comunidades.²⁰ Mas,

18. Na segunda-feira 13 de fevereiro Zedillo explica à Comissão Plural do Congresso da União para o caso Chiapas que as ações anunciadas em 9 de fevereiro de 1995 foram apenas “um passo intermediário na negociação” e que a solução do conflito dar-se-á pela via pacífica. Segundo Juan Guerra, presente nessa reunião, foi a pressão da Cocopa e a ameaça de renúncia que demoveu Zedillo de sua posição ofensiva e que o presidente teria afirmado que “Já está a autoridade onde não estava, mas agora só haverá vigilância, não vamos nos meter na selva procurando confrontos. Marcos não nos serve morto nem humilhado, já cumprimos com a lei e não somos omisso da mesma, agora só haverá funções de vigilância, mas não ações ofensivas e se evitarão confrontos”. In: *op. cit.*, p. 39. Também há de se destacar neste episódio a forte pressão da opinião pública nacional, que concentrou cem mil pessoas no Zócalo da Cidade do México e outras manifestações sindicais e sociais no DF e todo México contra a ofensiva militar. Foi muito forte também a pressão internacional, muito bem organizada pelo apoio dos comitês de solidariedade internacional conectados pela Internet, sobre o governo mexicano para que detivesse a guerra. Finalmente, deve ser considerada a denúncia ante o Congresso Americano do deputado democrata Robert Torricelli em 14 de fevereiro de 1995 sobre as ações militares empreendidas pelo governo mexicano em Chiapas e sua advertência sobre violações aos direitos humanos. Ele insiste que o Congresso deverá examinar o impacto dessa situação sobre o pacote de apoio financeiro estadunidense. A deputada Marcy Kaptur aproveita a oportunidade para difundir um *memorandum* do Chase Manhattan Bank que sugere ao governo mexicano, que procurava seu apoio financeiro, que deveria “eliminar” os zapatistas a fim de “demonstrar seu efetivo controle do território nacional e da política de segurança”, *apud.* M. Lopez, e D. Pavón, *Zapatismo y contrazapatismo*, Buenos Aires, Turalia, 1998, p. 268.

19. Essa primeira declaração, em que o EZLN declara a guerra ao governo mexicano e que levou por título “Hoy decimos basta!”, foi emitida em 2 de janeiro de 1994. Sua versão integral pode ser consultada em *EZLN: documentos y comunicados*, vol. I, p. 33-35.

20. Ver a respeito o informe que produziram como resultado da observação *in loco* dos representantes da Coordinación de Organismos No Gubernamentales por la Paz; do Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas y da Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia: *Militarización y violencia en Chiapas*, México, Simpro, 1996.

sobretudo, no âmbito da negociação, desenvolver a estratégia de *achicamiento* (redução) da posição de força do EZLN na mesa de negociação e, concomitantemente, melhorar a do governo.

Uma vez recolocada as forças do Exército, o governo decretou o fim da ofensiva federal, mas continuou a guerra “por outros meios”. Em primeiro lugar, utilizou os recursos econômicos, não para resolver as causas que tinham promovido o levante, mas para gerar divisão no seio das comunidades. O apoio se dirigia exclusivamente para aqueles que apoiavam as ações do governo contra os simpatizantes zapatistas. À cooptação de indígenas e camponeses seguiu-se seu recrutamento, treinamento e armamento, incorporando-os aos grupos paramilitares. Dessa maneira, o governo, por um lado, aplicou a política de dividir para reinar e, por outro, alentou a formação de grupos armados dentro das próprias comunidades para semear o ódio e a violência, configurando, assim, um quadro no qual, aparentemente, tratava-se de um “conflito entre índios”. Como diz o deputado Juan Guerra, “A instalação do Exército mexicano na Selva Lacandona e a promoção das forças policiais no seio das comunidades facilitou o apoio castrense para as organizações paramilitares em formação, complementando-se com a aplicação de programas de desenvolvimento social.”²¹

Os subsídios do governo para a agricultura e saneamento básico para minimizar a situação de penúria na região seguiam a direção dos militantes do PRI, o partido do governo, aumentando a divisão e o confronto com os militantes do PRD (Partido de la Revolución Democrática) e simpatizantes zapatistas que nada recebiam. Assim, foi-se criando um clima de tensão e confronto, onde grupos de índios atuavam como polícias informando, reprimindo e até combatendo dentro das próprias comunidades.²² O governo estava entrando na via sem retorno da “colombianização”²³ do conflito, pois

21. J. Guerra, *História personal de la Cocopa*, México, Grijalbo, 1998, p. 12.

22. Em entrevista que dois delegados zapatistas me concederam, eles afirmavam que em alguns casos na mesma família há zapatistas e antizapatistas, que todos sabem na comunidade “quem é quem” mas que “é melhor deixá-lo aí mesmo, onde ele está, e tê-lo controlado (...) a gente vai falando com eles tentando mostrar que está errado, que ele está sendo convencido a brigar com a família e a comunidade mas que ao fim ele está tão *jodido* quanto nós”. Entrevista gravada na Villa Olímpica, DF, 20 de março de 1999.

23. Chamamos “colombianização” a estratégia contra-insurgente que emprega forças armadas paramilitares que podem ou não ser armadas e treinadas pelas Forças Armadas nacionais, mas que contam com sua aprovação ou omissão. O perigo dessa estratégia é que uma vez que esses bandos estão armados e obtêm seu autofinanciamento pelos seqüestros, roubos, e subornos é muito difícil controlá-los. Isso aconteceu na Argentina, onde os grupos “operacionais” primeiramente contavam com muita liberdade e logo não podiam ser controlados; no Brasil também seu controle foi muito difícil culminando na sua resistência no caso Riocentro. Mas o caso da Colômbia talvez seja paradigmático, pois os grupos paramilitares funcionam com total autonomia operacional,

uma vez instalado o ódio, a violência e o armamento de grupos é muito difícil conseguir o desarme e retornar ao *status quo* anterior. Com a aparente politização do processo eleitoral, a guerra infiltrava-se no coração das comunidades indígenas: “através de uma suposta militância no PRI, o governo disfarçou de confrontação política o que era na realidade uma estratégia de contra-insurgência”.²⁴

O vetor militar dessa guerra de contra-insurgência tem duas variáveis. Por um lado o Exército mexicano fechou o cerco e dividiu a região. Essa manobra não apenas tem o sentido de diminuir a capacidade operacional do EZLN, fixando-o e imobilizando-o nas montanhas, mas também hostilizar e aumentar a tensão nas bases de apoio zapatistas. Por outro lado, as ações ofensivas são deixadas a cargo dos grupos paramilitares que imprimem um clima de terror às comunidades.

Conceitualização polemológica: GBI ou contra-insurgência?

Há uma certa tendência recente que utiliza o conceito de “Guerra de Baixa Intensidade” (GBI) para se referir a todo e qualquer tipo de combate às guerrilhas ou aos movimentos insurgentes. Aparentemente o termo “GBI” exerce uma certa atração, que acreditamos, se deva a duas ordens de fatores. Por um lado, impressiona como termo técnico polemológico e, nesse sentido, ele é empregado para dar um certo ar científico ou acadêmico aos trabalhos que tratam do tema. Por outro lado, desde há algum tempo, ele também é utilizado por algumas ONG’s e Comissões de Direitos Humanos (até pelo próprio bispo de San Cristóbal, d. Samuel Ruiz²⁵) para se referir à situação de conflito.²⁶ Parece-nos que isso se deve em parte à recente influência da academia através daqueles textos que tratam da GBI,²⁷ mas também e

administrativa e financeira do governo e das próprias Forças Armadas. Obtêm seus recursos financeiros tanto das extorsões, do pedágio do tráfico, quanto de seqüestros, roubos e subornos. Sobre a situação colombiana ver o profundo e documentado artigo de *Colombia Informa*, “El paramilitarismo se convierte en política de Estado en Colombia”, na revista *Memoria*, nº 112, abril de 1999, p. 15-21; também de Daniel Bland “La paramilitarización de Upaba”, no boletim de *Justicia y Paz*, vol. 1, Colômbia, março de 1996, p. 19.

24. J. Guerra, *op. cit.*, p. 12.

25. Samuel Ruiz García, “Resurrección de la conciencia” p. 4, *in*: *Conai*, México, Archivo Histórico, 1999.

26. Vários relatórios de diversos organismos que nos tocou analisar utilizam acriticamente este termo. Ver, como exemplo, do CDHFBLC *La legalidad de la injusticia*, 1998, especialmente o prólogo e as páginas 2 e ss.

27. Na realidade, pela leitura desatenta de textos como, por exemplo, de Bermúdez Lilia, *Guerra de baja intensidad. Reagan contra Centroamérica*. México, Siglo XXI, 1987. Mas também por livros conceitualmente ambíguos ou até mesmo errados. Um emprego discutível desse conceito pode ser apreciado em, Martha Patricia López, *Guerra de baja intensidad en Mexico*, México, Plaza & Valdes, 1996.

sobretudo à idéia de que falando de “guerra” conseguem, por um lado, passar a imagem do drama que de fato se vive na região de conflito e, por outro, porque declarando a situação de “beligerância” na região, podem ser denunciados os atropelos aos direitos humanos como crimes de guerra, aplicar a jurisprudência dos direitos consagrados na Declaração de Genebra, colocar observadores internacionais na região para discutir a aplicação dos acordos de guerra, etc.

Porém, tecnicamente o termo “GBI” foi criado e desenvolvido pelos militares norte-americanos. Ele é um conceito relativo e diz respeito precisamente à relação de força que *especificamente* os Estados Unidos mantém naqueles conflitos armados fora do seu território e que requerem um esforço mínimo do seu poderio militar. Foi elaborado para referir-se ao emprego quantitativamente determinado de certo tipo de armamento por parte das Forças Armadas americanas, particularmente em lutas de contra-insurgência. Chama-se “baixa” sua intensidade por referência à capacidade bélica total dos Estados Unidos. Dizemos que é um conceito relativo porque se bem que para os Estados Unidos uma guerra pode significar a utilização de uma capacidade bélica de “baixa intensidade” no emprego de meios, para a outra parte pode ser de alta intensidade ou mesmo total.²⁸ Um exemplo foi a guerra na Nicarágua, que, para os Estados Unidos se tratava apenas de uma guerra de baixa intensidade, mas para a Nicarágua, que aplicava nela todos os seus recursos, não; o mesmo pode-se dizer do caso paradigmático da guerra do Vietnã. Como diz Lilia Bermúdez,

Dentro do marco da nova doutrina, a baixa intensidade pode corresponder ao nível de ingerência de suas (dos Estados Unidos) forças armadas em relação com sua capacidade e poderio bélico. Porém, para a contraparte, isto é, aqueles países e movimentos de libertação aos quais se declarou a guerra, a intensidade é altíssima. Do ângulo do governo sandinista, por exemplo, a guerra de defesa é total porque o conjunto dos recursos do país se destina ao esforço bélico.²⁹

Definitivamente: a utilização da categoria de GBI quando aplicada a um conflito nada nos diz sobre a especificidade polemológica ou a natureza política do mesmo, apenas informa a uma das partes sobre o *seu* empenho

28. “Guerra total” também é um conceito consagrado pela polemologia. Trata-se de um conceito relativo que faz referência ao emprego de meios por parte de uma nação em guerra. Emprega-se quando esta utiliza todos os recursos do país (não apenas os militares) para obter a vitória. Não deve ser confundido (como freqüentemente se faz) com o conceito clausewitziano de “guerra absoluta” que tem um sentido ideal, como um tipo limite para pensar a radicalização da ascensão aos extremos. Ver Carl von Clausewitz, *Da guerra*, São Paulo, Martins Fontes, 1996, especialmente o livro I e o VIII, capítulos 2 e 3.

29. Lilia Bermúdez, *Guerra de baja intensidad. Reagan conta Centroamérica*. México, Siglo XXI, 1987, p. 81.

militar em relação a *sua* capacidade bélica total. Obviamente o conceito pode ser discutido e redefinido para ser empregado em qualquer conflito bélico e por qualquer força armada. Ainda assim, deve ser fixada sua quantificação com respeito à capacidade bélica total de quem e para quem é considerado em cada caso para que esse conceito signifique alguma coisa ou tenha alguma utilidade.

O certo é que nem toda guerra de contra-insurgência é uma GBI, assim como nem toda GBI é uma guerra de contra-insurgência. A “guerra” que o Exército norte-americano mantém na América Latina contra o narcotráfico pode ser considerada pelos Estados Unidos uma GBI, mas, pelo menos em princípio, não pode ser considerada uma guerra de contra-insurgência (a menos que se considere o narcotráfico e a insurgência o mesmo sujeito, coisa que até o Congresso americano tenta deslindar). Por sua vez, para utilizar um exemplo já mencionado, o combate do exército de Somoza contra o FMLN, na Nicarágua, ou a do Vietnã do Sul contra os vietcongs, não foram de “baixa intensidade” senão totais e, em ambos casos, trataram-se de guerras de contra-insurgência.

Por isso somos favoráveis a utilizar o conceito mais claro de “contra-insurgência”. Primeiro, porque está consagrado pela literatura, iniciando pela francesa que inaugurou esta teoria — na realidade foram os franceses, na sua organização militar colonial contra as guerras de libertação, os primeiros a sistematizar os ensinamentos das táticas e métodos de combate à luta insurrecional ou contra a “guerra de guerrilhas”. Segundo, porque a guerra de contra-insurgência também se desenvolve contra a população civil e não apenas contra exércitos, como exige o conceito de GBI. De maneira que os atos de violência contra a população civil pelo excesso na guerra de contra-insurgência podem ser tratados como crimes contra os direitos humanos, mas no caso de aplicação de GBI não, porque na guerra a morte é moeda corrente.

Considerações finais

A região do conflito de Chiapas tem sido um campo de provas para novas alternativas de luta armada, para melhorar as formas de repressão e de ensaios conceituais para descrever essa lamentável situação. Neste último aspecto, enfatizamos o erro de insistir em utilizar o conceito de GBI para se referir a uma intensa ação do Estado que, se não fosse pela pertinaz conceitualização de “guerra” nas comunidades das bases de apoio zapatistas, poderíamos chamar, sem medo do vazio semântico, como “terrorismo de Estado”. O conceito de “GBI” resulta absolutamente estranho na retórica de um movimento insurrecional, e contraproducente nos discursos dos observadores

dos direitos humanos e outras ONG's bem intencionadas com relação às vítimas da violência na região do conflito.

A política do governo em relação ao conflito de Chiapas corresponde a uma clara estratégia de contra-insurgência definida em vários planos, como o econômico, o social, o religioso e o militar. Este último canalizado fundamentalmente pelos grupos paramilitares. Estes grupos constituem um vetor taticamente útil para realizar o “trabalho sujo” da guerra de contra-insurgência, mas um elemento complicador na hora das negociações ou de retorno à paz.

Essas considerações podem parecer um exercício teórico estéril sobre um conflito cruel e alheio. Porém, chamo a atenção para o cinto bélico se fechando na América do Sul que, com o argumento de combater a “narcoguerrilha” (como propositadamente chamam ao movimento insurrecional da Colômbia), “está mudando o *status* da relação da potência do Norte com o Sul do continente, de hegemonia transitando para domínio”. Este cinto constitui um instrumento brutal para reprimir o esperado surto de violência (talvez difusa e de formas variadas, mas certamente generalizada em toda América Latina) ante a crise econômica do sistema neoliberal, o descrédito político do sistema eleitoral e a crescente insatisfação das demandas sociais em todos os países da região. Essas nuvens bélicas crescendo no horizonte histórico do subcontinente tornam-se ainda mais ameaçadoras quando as mãos que prendem a fivela desse cinto são as mesmas que decidiram, entre outros massacres históricos, o sangrento destino da Iugoslávia.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Chiapas: O paramilitarismo como vetor da guerra de contra-insurgência. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.9, 1999, p. 110-123.

Palavras-chave: Paramilitarismo; México; Chiapas; Luta armada.